
Terrorismo extremo e os tensionamentos nas democracias

Extreme terrorism and tensions in democracies

Hugo Arend¹
hugoarend@yahoo.com

Resumo

Neste artigo, temos como objetivo interpretar de que forma o terrorismo extremo tensiona de maneira singular as instituições democráticas. Quais as peculiaridades do novo terrorismo extremo e quais suas relações com a construção das grandes cidades? Como podemos relacionar os conflitos que surgem no seio das grandes cidades a partir de atentados terroristas e os problemas enfrentados pelas democracias ocidentais? Propomos aqui uma maneira alternativa de pensarmos os conflitos gerados pelos atentados terroristas num mundo globalizado; uma maneira que questiona a teoria do choque de civilizações.

Palavras-chave: terrorismo, liberdade, segurança, democracia.

Abstract

This article interprets how democratic institutions are tensioned in a unique way by extreme terrorism. What are the peculiarities of this new extreme terrorism and how are they related to the construction of big cities? How can we relate the conflicts that emerge in the midst of big cities after terrorist attacks and the problems faced by Western democracies? The article proposes an alternative way of conceiving of the conflicts that emerge from terrorist attacks in a globalized world, a way that challenges the theory of the clash of civilizations.

Key words: terrorism, freedom, security, democracy.

¹ Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS.

O atentado do World Trade Center é o primeiro depois da Guerra Fria. Sejam quem forem os seus autores, inaugura uma nova era do terrorismo, que nada tem em comum com as repetidas explosões que sacodem regularmente a Irlanda ou a Inglaterra.

Paul Virilio

Os ataques de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos colocaram em evidência as destrutivas relações entre as novas estratégias do terrorismo extremo e o modo como terroristas se valem das mais fundamentais características das sociedades ocidentalizadas, como a verticalização das grandes metrópoles, os transportes de passageiros, as grandes aglomerações, a visibilidade global e instantânea proporcionada pelos *media*, para maximizar o impacto de suas ações. Neste artigo, preocupamo-nos com estas novas características do terrorismo e sua capacidade de desestabilizar, de tensionar, as democracias. Para tanto, dividimos nossa argumentação em três partes.

Na primeira parte, empreendemos uma sucinta diferenciação do terrorismo de Estado e do terrorismo de resistência. Partimos desta diferenciação para pensarmos de que modo o terrorismo de resistência das últimas quatro ou cinco décadas sofreu uma nítida *escalada ao extremo*, ou seja, como o terrorismo, aos poucos, mas decididamente, se tornou cada vez mais mortífero e indiscriminado, com a indiscutível intenção de causar o maior dano possível, chocando e desestabilizando não apenas governos locais, mas impingindo um sentimento de insegurança em todas as sociedades que “testemunham” os ataques em suas telas de tevê. Na segunda parte, partindo daquela escalada ao extremo, interpretamos de que forma o terrorismo extremo explora as características urbanas das grandes cidades para potencializar os traumas. Na terceira parte, interpretamos os efeitos do terrorismo extremo para as sociedades, ou seja, seus efeitos para catalisar o que denominamos *conflitos na civilidade*. Na quarta e última parte, pensamos os tensionamentos nas democracias proporcionados pelos ataques extremos e de que forma os governos e as sociedades tendem a responder aos ataques.

A escalada ao extremo do terrorismo

Podemos pensar o terrorismo como dividido em dois grandes grupos: o terrorismo de Estado e o terrorismo de resistência. O terrorismo de Estado é, sem dúvida, muito mais antigo. Podemos mencionar como exemplos típicos do abuso do poder legítimo da violência, a perseguição dos opositores da *revolução* sob o regime de Robespierre entre 1792 e 1795,

que ficou conhecido historiograficamente como *O Terror* – período que, para alguns autores, pode ter originado o termo *terrorista*, empregado à época nos escritos de Edmund Burke (Gearson, 2002, p. 14; Guelke, 1995, p. 3; Bonanate, 1997, p. 1242). Também são exemplos de terrorismo de Estado as políticas de perseguição e discriminação características dos regimes hitlerista e stalinista (Arendt, 1997). Na década de 1980, as ações dos *Contra*, financiadas pelos Estados Unidos, na Nicarágua, durante a revolução sandinista, podem ser interpretadas como casos de terrorismo de Estado, embora de um tipo bastante particular (Chomsky, 2002). Mais recentemente, as ações de “limpeza étnica” levadas a efeito na ex-Iugoslávia são também claros exemplos dos poderosos meios de que dispõem os Estados para aterrorizar suas populações. Este tipo de terrorismo objetiva inibir, traumatizar, assustar, aterrorizar as populações para que não se engajem em protestos ou atos que ameacem a segurança e a existência dos grupos no poder. Logo, o terrorismo de Estado é essencialmente conservador.

O terrorismo de resistência, por outro lado, é muito mais recente². Apesar de muitos autores o considerarem tão antigo quanto a civilização (Clutterbuck, 1980; Karagan, 1984; Bonanate, 1997; Viola e Leis, 2002; Bergesen e Lizardo, 2004), nossa posição aqui é um tanto diferente. O conjunto de condições sócio-históricas que proporcionaram o advento de uma prática de violência explícita e sistemática como meio de atingir fins políticos só apareceu ao final do século XIX, nas décadas de 1880-90, que, num certo sentido, podem ser interpretadas como as primeiras décadas do século XX. Não é nosso objetivo esmiuçar estas condições e suas complexas interconexões. Pensamos ser suficiente explicitar algumas delas e suas implicações para a argumentação que aqui desenvolvemos.

Primeiramente, o objetivo do terrorismo de resistência é o oposto do terrorismo de Estado. O terrorismo de resistência visa precisamente à desestabilização do Estado através do uso ou da ameaça sempre presente do uso sistemático da violência. Esta diferença entre terrorismo de Estado e terrorismo de resistência ameaça a tipologia de duas práticas com objetivos tão diferentes sob uma mesma denominação. No entanto, não entraremos aqui neste mérito. Para que o terrorismo de resistência pudesse surgir, para que a idéia de pressionar um Estado através do uso sistemático da violência pudesse ser concebida, foi necessário que se percebesse a força de uma esfera pública como campo de pressão sobre o Estado (Habermas, 1984). O uso do terrorismo como meio político se deu a partir do momento em que se tornou suficientemente evidente que o Estado poderia ser fragilizado com ações de terror sistemáticas que provassem sua incapacidade

² É precisamente este tipo de terrorismo que nos interessa neste artigo. Salvo as vezes em que adjetivarmos o termo, é a ele que nos referimos.

de garantir a segurança de seus cidadãos. Embora tais esferas públicas tenham se desenvolvido em meados do século XVIII, é perceptível que as preocupações dos governantes com a força da opinião pública são diretamente proporcionais ao desenvolvimento das instituições democráticas e parlamentares em suas sociedades. Sabemos que estas condições não estavam suficientemente desenvolvidas na maior parte daqueles Estados até meados do século XIX.

Em segundo lugar, mesmo que estas condições democrático-parlamentares estivessem já satisfatoriamente desenvolvidas, ainda seria necessário que pequenos grupos revolucionários dispusessem de meios para causar terror nas populações. Os armamentos convencionais até as primeiras décadas do século XX não eram suficientes para que pudessem ser realizadas expressivas operações de terror. O que muitos autores classificam como *terrorismo* neste período não passava de *assassinatos políticos*, badernas revolucionárias ou brigas de rua entre partidários de causas rivais. Estas ocorrências não causam pânico, terror, insegurança generalizada. Somente se sentem inseguras as pessoas diretamente envolvidas na vida política. A população em geral não tem motivo para se sentir ameaçada cada vez que é assassinada uma personalidade política. O segundo elemento sócio-histórico que possibilitou o surgimento do terrorismo foi, então, o avanço das tecnologias de armamentos, mais especificamente, dos explosivos e das metralhadoras de mão. Aos poucos, estes armamentos se tornaram de mais fácil acesso – como o TNT, inventado em 1863 e amplamente adotado pelos exércitos europeus nos primeiros anos do século XX –, sendo rapidamente incorporados às ações de grupos anarquistas e fascistas nas décadas de 1920 e 1930. A Espanha, durante estas décadas, foi palco de inúmeras *vendetas* entre grupos radicais de Direita e de Esquerda que acreditavam que assassinatos indiscriminados de opositores políticos eram táticas legítimas na defesa de suas causas. Os *escuadristas* eram os encarregados de levar as vinganças adiante pelas ruas de Madrid e Barcelona, por exemplo, disparando suas metralhadoras de carros em movimento contra seus rivais políticos e contra quem tivesse o azar de estar presente no mesmo local e na mesma hora (Brenan, 1995, p. 310).

Mesmo assim, as ações destes grupos permaneceram mais restritas a alvos políticos específicos, como locais de reuniões de grupos rivais, explosões de veículos que conduziam líderes políticos, etc. Não havia o pânico generalizado das populações, embora houvesse um sentimento público de que a paz e a ordem civis estavam sendo ameaçadas por grupos políticos violentos. O terrorismo nasce, desta forma, neste período.

Contudo, as explosões de bombas potentes, transportadas em pequenas valises e capazes de destruir completamente grandes lugares com o intuito expresso de vitimar indiscriminadamente o maior número de pessoas, só foram

possíveis com o aprimoramento dos explosivos plásticos na década de 60. Exemplos destes explosivos são o C-4 (uma evolução dos explosivos desenvolvidos ao longo da Segunda Guerra Mundial) e o SEMTEX-H (o favorito dos terroristas atuais) (Bodansky, 2001, p. 326). Desta forma, percebemos que os armamentos necessários para a realização de grandes atentados não estavam à disposição de muitos grupos revolucionários pelo menos até as décadas de 1940-60.

Em terceiro lugar, a lógica terrorista teve de se desenvolver num contexto em que a visibilidade do ato fosse garantida pelos meios de comunicação. A vida democrática deveria ser desestabilizada a partir da demonstração da fraqueza do Estado em dar segurança aos cidadãos. O trauma deveria ser sentido pelo maior número de pessoas possível utilizando-se, para tanto, dos meios de comunicação para sua difusão. Esta percepção não fez parte das estratégias políticas de nenhum grupo revolucionário europeu nas primeiras décadas do século XX. É verdade que aquelas batalhas de rua entre grupos fascistas e anarquistas, por exemplo, aconteciam de forma bastante freqüente na maior parte dos países onde estas tradições políticas estavam presentes. No entanto, as badernas, brigas e mesmo os assassinatos e perseguições de líderes políticos não podem ser caracterizados como uma estratégia terrorista em si. Se os governos se sentiam pressionados por tais atos de vandalismo e até de banditismo, isto não significa que existisse um grupo político em específico agindo de forma a desestabilizar o poder constituído. As lutas ideológicas nas ruas das capitais ocorriam por causa de um contexto de crise política generalizada. Não havia um grupo em específico a ser identificado como *terrorista*. Os governos eram pressionados pela opinião pública para dar fim ao caos e à desordem social como um todo. O “terror” da época era mais o “terror” da instabilidade política generalizada do que o “terror” gerado por uma situação *sui generis* que ameaça a paz e a ordem de forma repentina e violenta.

Percebemos, então, pelo menos, três características sócio-históricas para que o terrorismo se desenvolvesse: a existência de uma esfera pública democraticamente madura que agisse de forma a pressionar o Estado quando este fosse incapaz de assegurar a segurança pública e, é claro, um Estado formado sobre bases democráticas que se preocupasse suficientemente com as pressões populares para que estas pudessem vir a desestabilizá-lo; segundo, o surgimento e a facilidade de aquisição de poderosos explosivos militares por grupos revolucionários e de resistência; e, terceiro, a necessidade do ato terrorista ser visível para toda a sociedade pelos meios de comunicação de massa. Estas três características encontraram-se de forma decisiva apenas a partir das décadas de 1940-60. Podemos afirmar, com segurança, que o terrorismo nasceu e se desenvolveu à sombra das revoltas anticoloniais, principalmente na África, no Oriente Médio, na América Latina e no sudeste asiático. O terrorismo de re-

sistência pode ser pensado a partir do contexto das lutas de resistência a um tipo de dominação sistemática, também extremamente violenta, como o colonialismo/imperialismo³.

Dentre os grupos que se destacaram na utilização do terror como meio de atingir objetivos políticos podemos mencionar os grupos israelenses de extrema-direita Irgun e Lehi (que atuaram contra o regime britânico na região de Israel por volta de 1944-48); os *fedayeen* palestinos (nascidos de refugiados árabes que lutavam contra a criação do Estado de Israel pelos judeus em 1948 e que deram origem a dois importantes grupos terroristas cujas táticas estão diretamente relacionados à escalada ao extremo do terror, a Frente Popular para Libertação da Palestina (FPLP) e a Frente Democrática e Popular para Libertação da Palestina (FDPLP)); o Exército Republicano Irlandês (IRA); o grupo separatista basco ETA; as Brigadas Vermelhas italianas; o Exército Vermelho Japonês Unido, criado em 1969 e responsável por um ataque indiscriminado a pessoas que transitavam no aeroporto Lod em Israel, em maio de 1972. A lista de grupos que utilizaram o terrorismo como meio político entre as décadas de 1940 e 1980 é extensa e compreende grupos de todos os continentes.

Hoje, o mundo enfrenta uma rede terrorista que não se organiza a partir dos mesmos padrões que suas antecessoras ou que outras organizações ainda na ativa. A al Qaeda foi inovadora na medida em que ela apostou num novo tipo de organização descentralizada que não se localiza fisicamente em nenhum território. A al Qaeda parece ser uma rede de recrutamento e de financiamento de operações terroristas pelo mundo todo. Os homens certos para as operações certas são selecionados, treinados e financiados sem haver sequer conhecimento mútuo entre os membros da organização e muito menos contato direto com os principais membros. Isto dificulta seu rastreamento e desmantelamento por agentes de serviços de inteligência. A al Qaeda (assim como a HT⁴, embora esta ainda não opte por ações terroristas) não pode ser encontrada em lugar algum, ao mesmo tempo em que suas ações podem emergir subitamente, em qualquer lugar e a qualquer momento (9/11 Commission Report, 2004; Patterns, 2001; Rashid, 2003).

A maior parte destes grupos centrou suas ações contra alvos indiscriminados – apesar de apostarem que a maioria de mortos em suas ações fosse de uma dada etnia ou nacionalidade, tratando todos os demais possíveis mortos como *vítimas da revolução*. Eles também acreditaram que suas

ações deveriam ser vistas pelo mundo. Eles pretendiam desestabilizar governos a partir da imputação de um contexto de insegurança insuportável. Mais uma vez, esta estratégia só teria sucesso num contexto em que a opinião pública valesse o suficiente para ser levada em conta nos cálculos políticos.

O tipo de terrorismo desenvolvido pelos grupos acima mencionados será muito mais mortífero que as práticas revolucionárias existentes até então. Uma nova lógica de guerra entra em jogo. Eles iniciam uma *escalada ao extremo* na qual cada atentado deveria impressionar e aterrorizar mais que o atentado anterior. Isto não significa, contudo, que esta escalada seja sempre crescente. Há momentos de aclimação, que são os momentos de maturação para a superação.

Em dezembro de 1973, um grupo de homens armados matou duas pessoas no terminal do aeroporto de Roma, atacou e destruiu um avião da PanAm com granadas incendiárias, matando 29 pessoas, capturou cinco reféns italianos, forçou-os a entrar num avião estacionado da Lufthansa e obrigou o piloto a voar para Beirute. Após a recusa das autoridades libanesas em autorizar o pouso, eles obrigaram o piloto a voar para Atenas, onde exigiram a soltura de dois companheiros árabes presos – para forçar sua libertação, mataram um refém e jogaram seu corpo na pista. O avião, então, foi levado a Damasco, onde os terroristas conseguiram reabastecê-lo para voar ao Kuwait, onde libertaram os reféns em troca de passagens para lugares desconhecidos. Nenhum grupo se responsabilizou pela ação. Três anos mais tarde, um grupo de homens da organização alemã Baader-Meinhoff e da FPLP seqüestraram um voo da Air France com 258 passageiros e o forçaram a voar para Uganda. Poucos dias mais tarde, comandos israelenses invadiram o avião estacionado, libertaram os reféns e mataram os terroristas. A 20 de novembro de 1979, islamitas invadiram a Grande Mesquita em Meca e fizeram centenas de peregrinos reféns. Forças de segurança sauditas e francesas retomaram a mesquita depois de intensa batalha com os terroristas na qual 250 pessoas foram mortas e 650 ficaram feridas. Em 18 de abril de 1983, um carro-bomba explodiu na embaixada norte-americana em Beirute matando 63 pessoas – inclusive o diretor da CIA para o Oriente Médio – e ferindo 120. Seis meses mais tarde, agentes norte-coreanos explodiram uma delegação da Coreia do Sul em Burma, vitimando 21. Em outubro do mesmo ano, outro carro-bomba destruiu um complexo militar norte-americano em

³ Não é nossa intenção empregar aqui nenhum destes dois conceitos de forma rígida, mas tão-somente fazer referência às condições materiais de extrema subjugação e dominação pelas quais passaram as colônias européias, principalmente, e que serviram de base para que alguns autores as interpretassem como formas de “colonialismo” ou “imperialismo”.

⁴ A HT, Hizb ut-Tahir, fundada na Arábia Saudita e Jordânia em 1953, é uma organização fundamentalista islâmica que propõe o renascimento do califado a partir da conquista do apoio popular. Ela possui inúmeros escritórios espalhados por toda a Europa e, é claro, inúmeras bases espalhadas por todo o Oriente Médio e Ásia Central. Por não apostar no terrorismo, a HT é ainda uma organização legítima, embora tenha sido alvo de ataques das autoridades britânicas após os mais recentes ataques a Londres. Para mais detalhes sobre sua atuação e objetivos, ver: Rashid (2003).

Beirute, matando 242 soldados, ao mesmo tempo em que 58 militares franceses eram mortos noutra explosão numa base francesa na mesma cidade. O Jihad Islâmico se responsabilizou pelos três ataques às tropas norte-americanas e francesas realizados nesse ano. Um grupo de siques invadiu o Templo de Ouro em Amritsar, na Índia e aproximadamente cem pessoas morreram quando as forças de segurança indianas invadiram o local. A 23 de julho de 1985, um vôo da Air India foi destruído em pleno ar matando as 329 pessoas a bordo. Três meses mais tarde, o cruzeiro italiano *Achille Lauro* foi seqüestrado por membros da FPLP. Um turista parapléptico judeu norte-americano foi jogado ao mar. Em dezembro de 1988, um Jumbo da PanAm foi explodido sobre a cidade de Lockerbie, na Escócia, vitimando 259 pessoas. Um ano mais tarde, um avião da companhia UTA (*Union des Transports Aériens*) também foi destruído em pleno vôo sobre o deserto do Saara, matando os 170 a bordo. Em março de 1992, uma explosão na embaixada israelense em Buenos Aires matou 29 e feriu mais de 240. Em fevereiro de 1993, um carro-bomba explodiu no subsolo do *World Trade Center* (WTC) ferindo mais de 1 mil e matando – milagrosamente – apenas seis. No mesmo ano, terroristas judeus abriram fogo contra uma mesquita na Cisjordânia, matando 29 e ferindo cerca de 150. Em março de 1995, um ataque do grupo japonês Aum Shinrikyo com gás sarim no metrô de Tóquio matou 12 e intoxicou mais de 5.700. Em abril do mesmo ano, dois extremistas de Direita destruíram um prédio público na Cidade de Oklahoma matando 166. Os Tigres Tâmile (grupo separatista do Sri Lanka) explodiu um caminhão-bomba no centro de Colombo, capital do país, matando 90 e ferindo mais de 1.400. A 15 de junho de 1996, um caminhão-bomba explodiu em um *shopping center* em Manchester fazendo 206 vítimas. Membros do grupo Al-Gama'at al-Islamiyya abriram fogo contra turistas próximo ao templo de Luxor no Egito vitimando 58. A 7 de agosto de 1998, duas bombas explodiram simultaneamente em duas embaixadas norte-americanas, uma em Dar es Salaam (na Tanzânia) e outra em Nairobi (no Quênia), matando mais de 350 nos dois ataques e ferindo mais de 5 mil - considera-se que tenha sido o primeiro ataque organizado por Osama bin Laden (Bodansky, 2001, p. 293-340). Nos dias 1º de junho e 9 de agosto de 2001, dois homens-bomba do HAMAS mataram mais de 140 numa danceteria no centro de Tel-Aviv e 15 numa pizzaria no centro de Jerusalém, respectivamente. Os ataques de 11 de setembro de 2001 mataram mais de 3 mil. Cartas contendo Anthrax apavoraram os Estados Unidos entre outubro e novembro do mesmo ano. Em maio de 2002, uma bomba explodiu em Kaspiisk, na república do Daguestão, matando 42 e ferindo mais de 150, durante uma parada do Dia do Trabalho. A 12 de outubro de 2002, uma bomba explodiu numa danceteria em Bali, Indonésia, matando 202 e ferindo 300. Doze dias mais tarde, um grupo de rebeldes chechenos invade um teatro em

Moscou e faz 800 reféns. Depois de alguns dias de negociações, as forças de segurança russas invadem o local matando todos os terroristas e causando a morte de 94 reféns. Em dezembro, dois caminhões-bomba explodiram um prédio do governo checheno pró-russo, fazendo 80 vítimas fatais e ferindo 210. A 7 de fevereiro de 2003, um carro-bomba explode fora de uma danceteria em Bogotá, Colômbia, matando 32 e ferindo mais de 160. A 11 de março de 2003, uma série de explosões em vagões e estações de trem em Madri deixa 190 mortos. Um grupo de doze homens-bomba atacou vários alvos como restaurantes, hotéis, consulados e até um cemitério em Casablanca, Marrocos, a 16 de maio de 2003, fazendo 43 mortos e ferindo 100. Uma mulher-bomba explode trem de passageiros na Rússia matando 42 e ferindo 150 em dezembro de 2003. Entre 1º e 3 de setembro de 2004, um grupo de rebeldes chechenos invadiu uma escola na cidade de Beslan, no Daguestão, e fez 1.300 adultos e crianças reféns. Após troca de tiros com as forças de segurança, pelo menos 300 crianças estavam mortas e uma centena de adultos.

Há pelo menos quatro décadas, não são mais as populações locais que vivenciam os atentados, mas as populações globais que assistem aos resultados de um ato de terror local se transformar em sentimento de insegurança global. Os terroristas seqüestraram aviões comerciais, explodiram trens, navios, seqüestraram cruzeiros de turismo, explodiram aviões em pleno vôo, fizeram reféns, explodiram *shopping centers*, seqüestraram atletas, inventaram o homem-bomba e, mais recentemente, transformaram aviões comerciais em mísseis. Nos intervalos entre os acontecimentos poderíamos incluir outras centenas de ações menores (!) que vitimaram apenas (!) algumas dezenas de pessoas. Note-se que, na maior parte dos atentados mencionados, o número de mortos e/ou de feridos ultrapassou facilmente as centenas e, em alguns casos, chegou aos milhares. O século XX, o século dos extremos, é também o século do terrorismo extremo.

Concluindo, o terrorismo de resistência se desenvolveu, aos poucos, como forma de pressionar governos com fins políticos a partir das décadas finais do século XIX. Contudo, ele só se tornou mais extremo a partir de 1940, quando os primeiros movimentos de resistência anticoloniais ganharam força e adquiriram armamentos poderosos o suficiente para causar grandes danos materiais e vitimar dezenas de pessoas em um só ataque. A partir das décadas de 1960-70, o terrorismo de resistência se torna extremo, objetivando a vitimação indiscriminada do maior número de pessoas possível (Virilio, 1999, p. 58). A partir daquelas décadas, as ligações entre democracia, meios de comunicação e violência extrema se intensificariam, sendo hoje indissociáveis.

Estas três características se fazem mais presentes e se tensionam mutuamente nas grandes cidades. Política, urbanização, cidades, civilização, civilidade não possuem apenas uma raiz etimológica comum (*polis, urbs, civitas, civilisation,*

civilitas), como também são sociologicamente inseparáveis. Nesse sentido, de que forma podemos interpretar as relações entre o terrorismo, a democracia e os meios de comunicação num mundo informacional e globalizado onde ações terroristas não dizem respeito apenas a um local, a um estado em específico? No mundo da instantaneidade da visibilidade, de que forma podemos perceber os tensionamentos democráticos proporcionados pelo terrorismo extremo?

Terrorismo e cidades

Fora de contexto, a citação que nos serve de epígrafe não parece muito reveladora. Foram muitos os que interpretaram o 11 de setembro como marco de início e/ou de fim de fases históricas: o acontecimento que marcou o início do século XXI ou então o evento que comprovou o dealbar dos choques de civilizações (Auster, 2001; Huntington, 2002; Schilling, 2003; Wainberg, 2005). Não seria impressionante que um arguto pensador como Paul Virilio também interpretasse aqueles acontecimentos como marcos expressivos. No entanto, naquela citação, Virilio não se refere ao 11 de setembro. Ela foi escrita em março de 1995 e se refere ao atentado de 26 de fevereiro de 1993 ao *World Trade Center*. Os atentados de 11 de setembro vieram apenas a confirmar sua sinistra previsão.

O que lega ao primeiro atentado ao WTC seu caráter assustadoramente inovador é a evidente intenção dos terroristas em derrubar os prédios. Esta intenção fica clara pelo carro-bomba ter sido colocado no subsolo do complexo, pretendendo comprometer gravemente sua estrutura e resultando em seu colapso. No depoimento do saudita Ramzi Yousef, que plantou a bomba, a intenção era matar aproximadamente 250 mil pessoas (9/11 Commission Report, 2004, p. 72)⁵. Os efeitos midiáticos globais gerados pelo macabro espetáculo seriam impressionantes, assim como as consequências políticas de desmoralização e desestabilização do governo norte-americano, que gerariam insegurança, desconfiança e poderosos sentimentos de vingança.

Evidenciamos o surgimento de uma nova lógica terrorista na qual um homem (o homem necessário para estacionar um carro no subsolo de um arranha-céu, por exemplo) pode gerar destruição equivalente ao ataque de esquadras navais e aéreas inteiras. Segundo Virilio, o atentado ao WTC é “uma astuta combinação de uma forte dimensão simbólica e de um poder de demolição urbana que não necessita mais

que uns poucos indivíduos que utilizem uma caminhonete para causar o terror [...] na época dos *ruise missiles* e dos vetores de lançamento nuclear mais sofisticados, admitamos que se trate de um exemplo surpreendente de economia política” (Virilio, 1999, p. 58). Nesta nova equação (um homem = uma guerra), o tipo de cidade que o Ocidente desenvolveu torna-se uma armadilha mortal.

Quando Jean-Louis Harowel elencou os problemas do gigantismo arquitetônico, ele não incluiu em sua lista a possibilidade da arquitetura se tornar uma arma de guerra. Questões de abastecimento, circulação, poluição e esgotamento nervoso dos habitantes das grandes cidades – que formam sua lista – podem ser encontrados em vários períodos históricos (1990, p. 139). Pensemos no complexo *WTC*: nele circulavam mais de 200 mil pessoas por dia. Eram prédios-cidades⁶.

Os atentados de 11 de março de 2004 em Madri localizam-se nesta mesma lógica, bem como os mais recentes atentados em Bali, no Cairo, Jacarta, Ancara, Beslan, Moscou e Londres. Os terroristas exploraram as aglomerações – como cinemas, teatros, boates e até escolas – os locais de grande fluxo – estações de trem e metrô, aeroportos, avenidas, arranha-céus, estabelecimentos comerciais, etc. Através da maximização do número de vítimas, o terrorista garante publicidade, visibilidade, perpetuando o trauma.

Depois do 11 de setembro, os usos da urbanização como arma terrorista tornaram-se focos de debates entre os responsáveis pelo planejamento das grandes cidades, principalmente nos Estados Unidos e Reino Unido. O debate tem girado em torno das crescentes possibilidades de ataques terroristas mortíferos acontecerem nos sistemas de transporte ferroviário, rodoviário e, é claro, aéreo. Dentre estes, o transporte aéreo é o que mobiliza maiores recursos. A necessidade da urgente melhora da segurança nos transportes traz à tona um antigo dilema da administração empresarial e pública: a avaliação dos custos e benefícios⁷. Os custos com a segurança são astronômicos. Paul Seidenstat menciona um estudo que aponta que o custo para as empresas aéreas evitarem que uma única vida seja perdida em um ataque terrorista pode chegar a meio milhão de dólares anuais (2004, p. 280). Os que advogam pela segurança a qualquer custo lançam mão de um forte argumento que ganhou mais força depois do 11 de setembro: os ataques terroristas, hoje, podem desencadear uma rede de prejuízos que afeta não apenas as empresas aéreas, mas a riquíssima indústria do turismo como um todo, prejudicando desde hotéis, *butiques* e atrações tu-

⁵ O número proposto pelo saudita é, sem dúvida, exagerado. No entanto, se pelo menos uma das torres tivesse desabado sem aviso, as vítimas certamente ultrapassariam os 7 mil mortos, considerando o grande fluxo de pessoas durante o horário comercial.

⁶ A arquiteta Joana Carla Soares Gonçalves (2002, p. 41-46) aponta que depois do 11 de setembro, o mercado para a construção de arranha-céus sofreu uma significativa queda. O plano de verticalização do centro de Londres está ocorrendo no contexto de inúmeros e quentes debates sobre seus problemas e benefícios. Ver, também, Edward Robbins (2002, p. 20-21).

⁷ Sobre este debate, ver: Van R. Johnston e Amala Nath (2004, p. 255-261); Jeremy Plant (2004, p. 293-305) e Paul Seidenstat (2004, p. 275-291) e Mary Field (2004, p. 317-328).

rísticas⁸, até as bolsas de valores e, principalmente, as grandes seguradoras.

A necessidade de segurança e algumas medidas tomadas em seu nome minam os mesmos princípios democráticos que a civilização ocidental tão abertamente defende. Negociamos nossa segurança. Segundo o sociólogo polonês Zygmund Bauman, esta negociação é própria de nosso mal-estar pós-moderno. O pior de tudo é que parecemos cada dia mais dispostos a trocar mais e mais “quinhões” de nossas liberdades em nome de segurança (Bauman, 1998, p. 10). Em relação ao terrorismo, estes mesmos “quinhões” são cada vez mais rápida e inquestionavelmente trocados por mais e mais mecanismos de segurança a cada novo atentado. Esta lógica da *segurança a todo custo* não parece afetar apenas a mentalidade das populações mais diretamente expostas à possibilidade de ataques terroristas, mas sim a mentalidade de todos que entram em contato com os atentados através dos meios de comunicação.

Os conflitos na civilidade

O que está em jogo com o terrorismo extremo é sua capacidade de minar as relações civis em sua mais íntima natureza. Em nome da segurança e do pânico da morte violenta, tornamo-nos cada vez mais incertos das motivações de nossos vizinhos, dos que circulam à nossa volta. O terrorismo acelera os medos já existentes na vida urbana e os potencializa barbaramente. O terrorismo inclusive ultrapassa o novo paradigma da violência urbana pensada por alguns sociólogos. Segundo Sérgio Adorno, a atual violência urbana está “além do mero crime”. Ela ocorre nas mudanças “de hábitos cotidianos” e na “exacerbação de novos conflitos sociais”: há um evidente “sentimento de desordem e caos que se espelha na ausência de justiça social” (1999, p. 96). Embora Sérgio Adorno não tenha se expressado explicitamente em relação ao terrorismo quando escreveu aquelas linhas, é patente o sentimento de insegurança civil por ele descrito e o que o novo terrorismo é capaz de gerar. Adorno ainda enfatiza que esta mudança paradigmática na natureza da violência perpassa a vida civil e adquire “estatuto de uma categoria explicativa do mundo contemporâneo que atravessa e articula as relações sociais, desde o âmbito das relações internacionais até o âmbito privado das relações domésticas” (Adorno, 1999, p. 96).

Existem, no entanto, algumas diferenças importantes entre o ponto de partida de Adorno ao tratar a violência na sociedade pós-industrial (a saber, a da crescente anomia soci-

al) e a nossa. Seguindo as interpretações de Jean Baudrillard (1991), vemos o fenômeno do terrorismo como um certo tipo de anomalia, mais do que de anomia⁹. Se a violência civil pode ser interpretada, pelo menos em parte, como um sintoma desviante das leis estabelecidas, o terrorismo em geral e o terrorismo extremo em particular procuram justamente catalisar este sentimento de anomia e potencializá-lo infinitamente. Não se trata apenas de violência, da execução de uma pessoa porque esta reagiu a um assalto, tampouco se trata do seqüestro relâmpago ou da lógica do *serial killer*. O terrorismo extremo tampouco está lutando em busca de objetivos políticos alcançáveis a curto prazo. As novas organizações não estão dispostas a sentar à mesa para negociações. O objetivo é a destruição e a desestabilização de civilizações, de valores, de modos de vida como um todo. Para atingir este objetivo, tem-se como prioridade a destruição da natureza mesma das relações humanas: o respeito, a confiança mútua e, em última análise, a política. O terrorismo extremo mostra-se anômalo porque parte do princípio de que toda a vida é descartável. Não apenas a vida da vítima, mas também a vida do terrorista. As pessoas desaparecem. Tanto as vítimas quanto as perpetradoras. Somente a ação permanece. O que fica é o fim de uma causa anormalmente defendida. Flutua num éter de incompreensão para muitos e num éter de autojustificação de Grandeza e Verdade para muitos outros.

O novo terrorismo faz surgir o que Paul Virilio chama de “pânico frio”: um sentimento que “vem despertar o pânico do fim nas populações”, a qualquer hora, em qualquer lugar, por qualquer pessoa. Qualquer pessoa pode levar-nos ao ponto de extermínio: “Basta colocar a bomba no lugar preciso, seja pela biologia, o vírus, a contaminação química, a destruição de centrais nucleares ou outras situações trágicas” (Virilio, 2004, p. A24). Os meios de comunicação embarcam nesta lógica na medida em que se interessam precisamente pela difusão de acontecimentos extremos como catástrofes naturais, crimes bárbaros e terrorismo. Os meios de comunicação se encarregam de propagar os traumas. Neste sentido, não foram dois aviões que se chocaram contra as *Torres Gêmeas* em 11 de setembro, mas milhares de aviões, uma vez que as imagens foram repetidas *ad nauseam*. O sentimento de insegurança generalizada (que não mais se relaciona com os locais onde os atentados são perpetrados, mas sim com o globo) tende a se consolidar com a perpetuação dos traumas.

O problema emerge quando este mesmo tipo de sentimento mina as relações humanas mais vitais para que uma comunidade continue sendo o que é: um lugar de segurança e confiança. A lógica do pânico frio termina por transformar a todos em “soldados civis”: pessoas sempre alertas e sempre

⁸ A Estátua da Liberdade foi fechada a 11 de setembro de 2001 e só foi reaberta em julho de 2004.

⁹ Embora concordemos com a problematização geral de Baudrillard a respeito da anomalia que é o terrorismo, de seu caráter externo a toda a lei e lógicas soberanas modernas, na obra aqui mencionada o sociólogo francês ainda vincula demasiadamente o terrorismo ao terror de Estado, ao terrorismo nuclear.

dispostas a agir ostensivamente em relação a um tipo de inimigo que é onipresente (Virilio, 1983, p. 27). A cidade acaba por se tornar um tipo de *lugar mortífero*, para usarmos a linguagem militar de Sun Tzu: um daqueles lugares “onde nos encontramos de tal forma fragilizados que, independente de qualquer atitude que tomemos, sempre estaremos em perigo” (2004, p. 116). Os lugares de segurança acabam se tornando lugares de morte.

Todas as sociedades – mas principalmente as chamadas pós-industriais – enfrentam aquele problema de violência exacerbada do qual fala Sérgio Adorno. No entanto, as tensões sociais, os conflitos que brotam das ações terroristas extremas dão margem a um tipo diferente de problema: o terrorismo vem sendo apresentado, em grande medida, pelos meios de comunicação como ações perpetradas por muçulmanos contra o Ocidente. As tensões que resultam dos atentados estão ligadas não ao medo de assaltantes ou ladrões que fazem parte de nossas próprias sociedades, mas sim de pessoas que são consideradas hóspedes indesejáveis, imigrantes – legais ou ilegais –, exilados políticos, etc. Em que medida podemos considerar os conflitos que brotam destas relações como *choques de civilizações* aos moldes de Samuel Huntington?

As noções de *conflitos na civilidade* e de *choque de civilizações* nos guiam a interpretações bastante diferentes acerca das potencialidades do terrorismo extremo no mundo atual. Para Huntington, após o colapso do comunismo e o conseqüente fim da Guerra Fria, a ordem mundial teria se recomposto a partir de bases diferentes. Se, no período de crise entre o capitalismo e o comunismo, o que prevaleceu foram os conflitos ideológicos, o que marcaria o novo cenário internacional seria o choque entre as diferentes civilizações, notadamente entre a civilização ocidental e a muçulmana (Huntington, 1997). Para muitos intelectuais, os ataques de 11 de setembro, por terem sido realizados por muçulmanos, resultariam na confirmação da tese de Huntington. A nosso ver, nada mais equivocado.

O grande problema que envolve o terrorismo extremo e que o distingue do terrorismo que conhecíamos até então diz respeito a dois importantes fatores. Primeiro, este tipo de terrorismo abala seriamente a confiança e a interdependência entre as pessoas. A vida em cidades ameaçadas pelo terrorismo torna-se cada vez mais vigiada, mais paranóica e, por conseqüência, menos civil. A questão maior que envolve os conflitos que emergem nesta civilidade diz respeito às dimensões que o mundo globalizado está tomando. O que ocorre com estes conflitos na civilidade quando as cidades mesmo se tornam *idades globais*? Será que podemos localizar especialmente o 11 de setembro como evento local?

Paul Virilio pensa no *fenômeno de introversão forçada*, ou seja, o fenômeno em que “a noção de limite sofreu mutações que dizem respeito tanto à fachada quanto ao aspecto

de confrontação”. Na nova realidade da velocidade instantânea das comunicações, na velocidade absoluta da luz, “a instantaneidade da ubiqüidade resulta na atopia de uma interface única. Depois das distâncias de espaço e de tempo, a *distância-velocidade* abole a noção de dimensão física” (Virilio, 1999b, p. 13). Desta forma, em nossa argumentação, a noção de Estados separados por fronteiras físicas, rígidas e, acima de tudo, defensáveis, cai por terra: “A partir de agora a fronteira do estado passa pelo interior das cidades” (Virilio, 1999b, p. 13). Onde se localiza o *fora* dos Estados na pós-modernidade? De que forma os Estados podem ainda aspirar à soberania num mundo cada vez mais forçado a se adaptar a uma ordem civil mundial? A civilidade que percebemos, num primeiro momento, como civilidade urbana, impõe-se, gravemente, como civilidade global.

Nesse sentido, podem ainda os problemas que dizem respeito à ordem mundial ser pensados em termos civilizacionais como propõe Huntington? Não será pelo fato das civilizações não mais se enfrentarem em nível estatal, mas em nível infra-estatal, e, cada vez mais, esse nível infra-estatal se confundir com o nível interestatal pela própria ubiqüidade com que os problemas adquirem pelas novas tecnologias de comunicação?

Pensemos nos discursos de apaziguamento interno proferidos por todos os governos que se envolvem na “guerra contra o terror”. Todos eles se apressam em assegurar suas minorias árabes e muçulmanas de que a guerra não é contra o islamismo, mas contra o terrorismo. Eles reconhecem, com isso, que o islã não se situa em distantes países do Oriente Médio, mas que convive mesclado no interior de seus próprios países. O medo dos governantes não é de enfrentarem ataques de Estados islâmicos num choque de civilizações segundo os moldes de Samuel Huntington, mas de serem desestabilizados por suas próprias comunidades islâmicas nas ruas de suas próprias cidades, por seus próprios cidadãos. Como pensarmos choques entre *estados-núcleos* de diferentes civilizações num mundo global em que todas as civilizações estão dentro de uma mesma cidade?

Cada vez mais os conflitos na civilidade se estendem ubíqua e globalmente, implicando modificações consideráveis no modo como percebemos tanto o fenômeno da violência civil como as questões que afligem as relações internacionais. Cada vez mais a arquitetura e o modo como são organizadas as cidades contemporâneas colocam em xeque a própria civilidade que propõem defender e aprimorar.

Terrorismo e os tensionamentos nas democracias

São muitos os autores que, embora de pontos de vista bastante diferentes e chegando a conclusões claramente

dísparos e inclusive antagônicas, percebem a evidente ironia por que vêm passando, pelo menos nas últimas três décadas, as instituições democráticas (Guéhenno, 1993; Hobsbawm, 1996; Hardt e Negri, 2005; Bobbio, 2004). Estes trabalhos – assim como muitos outros que não citamos aqui – nos levam a pensar as instituições democráticas e a democracia mesma como enfrentando um claro paradoxo. Por um lado, a democracia está nitidamente em crise. No mundo todo há expressivo descrédito em torno das instituições democráticas e das respostas práticas em termos de melhorias sociais e políticas que suas instituições podem proporcionar. No plano nacional, ninguém mais parece acreditar que o sufrágio universal seja a via mais conveniente para garantir melhor representatividade ou mais responsabilidade por parte dos governantes ou ainda que as relações entre as esferas públicas e os parlamentos sejam a melhor ou a única forma de administrar os dilemas públicos e/ou privados. No plano internacional, a crença pia de que os direitos humanos sejam defendidos ou até mesmo preservados de maneira eficiente pela ONU já ruiu há muito tempo. Existe uma desconfiança generalizada – senão uma aberta condenação – a respeito dos direitos humanos que, para muitos, seriam apenas instrumentos de legitimação de uma oligarquia internacional para realizar intervenções consideradas “humanitárias” em inúmeros países, ameaçando suas soberanias nacionais. Em certo sentido, podemos perceber sintomas destes descréditos – tanto nacional quanto internacionalmente – na ascensão ou, pelo menos, na perigosa pregnância de movimentos políticos de extrema direita e no renascimento de grupos religiosos fundamentalistas pelo mundo todo.

Por outro lado, existe a clara evidência de que o significativo mais poderoso no léxico político nacional e internacional seja especificamente o mesmo que se encontra naquela profunda crise (Santos, 2002). Qualquer projeto político que pretenda hoje se legitimar perante a opinião pública deve ser calcado nos padrões globalmente aceitáveis da democracia. Como afirma Guéhenno (1999, p. 7), quem hoje ainda cita Lênin para contestar Montesquieu? Os posicionamentos oficiais de governos do mundo inteiro a respeito das crises são proclamados em uníssono: “Esperamos que a solução destes recentes acontecimentos aconteça dentro dos parâmetros democráticos”. Embora seja tida como pílula milagrosa para a cura de todos os males considerados antidemocráticos, a democracia enfrenta agudas resistências ao ser imposta a Estados com diferentes culturas institucionais. Podemos comprovar tais resistências nas atuais situações do Iraque e do Afeganistão, onde, por mais que tentem nos convencer de que suas instituições estejam se tornando democráticas, sabemos que os processos de consolidação da democracia estão longe de ser alcançados. Processos de democratização são de lenta maturação. Quando são impostos parecem mais “um sorriso de sarcasmo estampado na face da

história”, tal seu anacronismo e sua traição das historicidades próprias daqueles povos (Castells, 2000, p. 418).

Ao se tornar mote fundamental de virtualmente todos os projetos políticos, as singularidades conceituais mais profundas que diferenciam, por exemplo, as democracias representativas das democracias diretas, as democracias liberais das democracias populares, se perdem ou, pelo menos, se dissipam. A universalização do vocábulo em si implicou, a nosso ver, de forma um tanto evidente, a pulverização de seu alcance prático devido à sua supervalorização acrítica. É interessante notarmos que grupos de esquerda fazem menção a princípios democráticos de evidentes raízes no liberalismo clássico, ao passo que grupos de direita e mesmo liberais – hoje mais conservadores – negam o passado revolucionário e até jacobino que proporcionou a colocação em prática dos princípios que hoje defendem (Hobsbawm, 1996, p. 11).

Não obstante, os dois campos de força deste paradoxo nascem – também paradoxalmente – da mesma fonte. Os *media* são responsáveis tanto pela ampla divulgação dos princípios democráticos quanto pela sua efemerização e pulverização. Por um lado, as tecnologias de informação nos apresentam diariamente milhares de casos de corrupção, crimes bárbaros, violência política, assaltos à mão armada, estupros, terrorismo, golpes de Estado, guerras, etc. A mídia preocupa-se centralmente com acontecimentos que nos chocam. Normalmente, estes acontecimentos são precisamente os que quebram leis, os que se chocam com a moral e distorcem a ética. Eles põem em xeque a democracia em si mesma. Como bons cidadãos, esperamos que esta plethora infundável de crimes e abusos seja solucionada pelas instituições democráticas do Estado de direito, sendo seus responsáveis julgados e colocados atrás das grades. No entanto, há um problema grave: a velocidade da justiça não consegue acompanhar a velocidade das denúncias. Eis o paradoxo. Ficamos com a sensação – não de todo equivocada – de que os crimes à nossa volta jamais enfrentam a espada da justiça. Sua cegueira parece ser mais atuante. A sensação de insegurança contamina todo o tecido social, levando-nos a exigir soluções por parte das autoridades que foram por nós democraticamente eleitas. Neste contexto, temos testemunhado paulatinas ameaças aos padrões democráticos que o próprio Ocidente construiu. *O terrorismo afeta as instituições democráticas precisamente no momento em que se exige de um dado governo a garantia da segurança de sua população.*

Os ataques terroristas fazem com que as populações exijam respostas práticas e efetivas por parte de seus governos. Mesmo países com históricos surpreendentes de altos níveis de violência urbana como o Brasil, a Bolívia e o Peru jamais experimentaram marchas populares tão gigantescas quanto as que foram realizadas em Madri, Washington e Londres após serem vítimas de atentados terroristas. Os atentados terroristas são especialmente mobilizadores da opinião

pública porque lidam justamente com o inesperado, com o impossível de ser previsto. O terrorismo faz com que mesmo as chamadas *zonas de segurança* de nossas sociedades – *shopping centers*, arranha-céus, estações de trem e aeroportos com suas vigilâncias internas ostensivas, condomínios de luxo, etc. – sejam mortífera e repentinamente atingidas pelas *zonas de selvageria*, pela barbárie da qual julgávamos estar protegidos: “os espaços do selvagem e do seguro são caoticamente justapostos” (Urry, 2002, p. 63). Desta forma, o terrorismo em geral e o terrorismo extremo de forma muito particular tensionam as instituições democráticas.

Surgem, então, o dilema e a contradição entre segurança e liberdade. Segurança sem liberdade não condiz com a democracia, e, por outro lado, a liberdade sem segurança dificilmente pode ser caracterizada como tal:

Você quer segurança? Abra mão de sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela. Você quer poder confiar? Não confie em ninguém de fora de sua comunidade. Você quer entendimento mútuo? Não fale com estranhos, nem fale línguas estrangeiras. Você quer essa sensação aconchegante de lar? Ponha alarmes em sua porta e câmeras de tevê no acesso. Você quer proteção? Não acolha estranhos e abstenha-se de agir de modo esquisito ou de ter pensamentos bizarros. Você quer aconchego? Não chegue perto da janela, e jamais a abra (Bauman, 2003, p. 10).

A imagem pintada por Bauman expressa de forma clara o dilema que cerca a questão da democracia em seu enfrentamento com o terror. O que Bauman expressa não sairia da boca de nenhum governante, mas está, sem dúvida, subentendido nas entrelinhas da maior parte das ações adotadas por governos do mundo todo após ataques terroristas.

Pensemos no Patriot Act proposto e – em grande medida – implementado pelo governo de George W. Bush; pensemos nas medidas recentemente propostas pelo primeiro ministro britânico Tony Blair após os atentados de Londres: aumentar as possibilidades de deportação de pessoas que o E julgue fomentadoras de idéias extremistas, fechar mesquitas que forem consideradas radicais, aumentar os poderes do governo para cassar a cidadania de pessoas naturalizadas caso elas promovam atos extremistas, entre outras. Para inúmeras ONGs, estas medidas aumentarão a tensão já existente entre grupos árabes e muçulmanos não apenas no Reino Unido, mas no mundo todo. Uma vez mais a globalização age de forma a desterritorializar demandas que seriam, num contexto diferente, demandas puramente locais. Para Shami Chakrabati, diretora do grupo de defesa dos direitos humanos *Liberty*, o plano do governo britânico “mostra uma clara falta de respeito a alguns dos valores mais fundamentais de nossa democracia” (Fraga, 2005, p. A15).

A socióloga Louise Canikar, num estudo sobre o impacto das políticas pós-11 de setembro sobre as comunidades

muçulmanas em Chicago, conclui que “a identificação de membros destas comunidades de forma indiscriminada” é o maior problema. Das pelo menos vinte políticas internas adotadas pelo governo após os ataques, quinze diziam respeito diretamente aos muçulmanos que viviam nos Estados Unidos (2004, p. 245). Dentre estas medidas ela ressalta: a suspensão ou o maior rigor na emissão de vistos, a suspensão de bolsas de estudos, o monitoramento da vida privada e inclusive a suspensão de tratamentos de pacientes que necessitavam de quimioterapia.

Antes do 11 de setembro, pelo menos 80% dos americanos pensavam ser errado empregar perfis raciais na aplicação da lei, como policiais terem o direito de suspeitar de um motorista negro. Após os ataques, 60% favoreceram o uso de perfis raciais “pelo menos se o suspeito [fosse] árabe ou muçulmano” (Maira, 2004, p.219).

Estes problemas não são encontrados apenas nos Estados Unidos, mas em praticamente todos os países que possuem comunidades islâmicas. Na Austrália, reportaram-se inúmeros casos de violência contra muçulmanos ou contra instituições que ajudam imigrantes e auxiliam exilados de países como Afeganistão e Irã. Victoria Mason nos apresenta alguns impressionantes relatos: uma mulher fazia compras quando foi alvejada por ovos e insultos; outra dirigia para casa, após pegar suas filhas na escola, quando foi seguida por uma mulher que xingou a ela e às suas filhas por serem islâmicas e não pertencerem àquele país (2004, p. 234).

Os casos de agressões são quase infindáveis. Há um aumento das relações de antagonismo, desconfiança, medo e temor entre as diferentes etnias e civilizações. O mundo muçulmano também apresenta reações violentas às ações do Ocidente. Exemplar é o espancamento sofrido pelo repórter norte-americano Robert Fisk na fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão.

Eles começaram apertando mãos. Nós dissemos “Salam aleikum” – que a paz esteja com você – daí as primeiras pedras começaram a passar pelo meu rosto. Um garoto tentou pegar minha mochila. Então outro. Alguém me socou as costas. Aí um jovem quebrou meus óculos, começou a jogar pedras na minha cabeça e rosto. Eu não conseguia enxergar porque o sangue descia pela minha testa e inundava meus olhos. E mesmo neste momento eu compreendi. Eu não os conseguia culpar pelo que estavam fazendo. De fato, se eu fosse os refugiados de Kila Abdullah, perto da fronteira afegã-paquistanesa, eu teria feito o mesmo com Robert Fisk. Ou com qualquer outro ocidental que eu conseguisse encontrar (2002, p. 211).

O que está em jogo é que os choques de civilizações teorizados por Samuel Huntington não acontecerão nas *linhas de fratura* de diferentes civilizações; eles não terão *estados-núcleos* de cada civilização como líder (1997). Eles já estão ocorrendo dentro das cidades, dentro de cada cidade

multiétnica e multicivilizacional do globo. Na época dos contágios, das viagens intercontinentais, dos êxodos, os contatos tendem a aumentar. Eles se transformam em conflitos porque o que temos hoje é a personificação irresponsável e criminosa de uma civilização como sendo terrorista, como sendo o Mal.

Por mais que governos, como o dos Estados Unidos, se esforcem em dizer que a guerra contra o terrorismo não é uma guerra contra o islã, mas sim uma guerra que busca criminosos, eles não conseguem fazer com que as populações distingam entre bons muçulmanos e maus muçulmanos (Mamdani, 2002) quando é prática da própria política externa de seus países bombardear indiscriminadamente nações muçulmanas inteiras. A agressividade das políticas externas de George W. Bush, Tony Blair, Ariel Sharon e Vladimir Putin não minimiza os conflitos que ocorrem nas ruas de seus países. Pelo contrário: ela os intensifica, de maneira cada vez mais perigosa.

Os meios de comunicação nos informam destas medidas. Este lado do paradoxo expõe o que o teórico da comunicação inglês John B. Thompson vem chamando de *lei da visibilidade compulsória*, ou seja, a lei segundo a qual não há como as ações tomadas por qualquer governo ficarem por muito tempo no anonimato (2001, p. 124). Ao mesmo tempo em que são os meios de comunicação a nos informar sobre as ações terroristas, também são eles que nos informam dos absurdos das reações por parte dos governos democraticamente eleitos a respeito dos atentados. As ações políticas são inevitavelmente visíveis. Uma visibilidade que, pelo menos há duas décadas – com a popularização das tevês a cabo –, torna-se verdadeiramente global. De que forma os governos podem hoje administrar as pressões que sofrem por parte de suas populações em termos de responder efetivamente ao terrorismo – sendo que muitas vezes as respostas exigidas por amplos setores das sociedades são de caráter nitidamente autoritário – e, ao mesmo tempo, permanecerem fiéis às instituições democráticas que defendem publicamente?

Este é um desafio bastante presente para muitos governos. Não pensemos, por um só segundo, que nós, brasileiros e latino-americanos, estamos longe desta lógica do tensionamento das instituições democráticas por parte de grupos terroristas. A lógica da segurança que brota da ameaça do terrorismo – principalmente do terrorismo extremo – não é uma lógica local. Não há mais o fora e o dentro dos Estados, ou, pelo menos, se, por um lado, podemos percebê-los como recursos metodológicos, não podemos certamente admiti-los na prática. Os tensionamentos globais que o sentimento de insegurança internacional generalizada impõe ao mundo ocidental atingem também o Brasil e a América Latina em geral na medida em que entram em pauta políticas de *segurança coletiva continental* – no nosso caso, no âmbito da OEA – que incluem o combate ao terrorismo internacional

como mote de novas agendas para a região. Embora este não seja o lugar para nos prolongarmos neste debate, mostra-se necessário salientar que após o 11 de setembro, o terrorismo se faz cada vez mais presente nas pautas das reuniões sobre a segurança continental das Américas. No Preâmbulo da *Declaração de Nuevo León*, redigida ao final da *Cúpula Extraordinária das Américas*, em janeiro de 2004, o terrorismo é mencionado como uma “nova ameaça à segurança”. O *Plano Colômbia* combina combate ao narcotráfico com o combate ao terrorismo internacional – algo que se convencionou convenientemente chamar de narcoterrorismo – e faz da Colômbia o terceiro país mais financiado militar e estrategicamente pelos Estados Unidos, depois de Israel e Egito; no *9/11 Commission Report*, menciona-se a sugestão – em outubro de 2001 – de serem atacados supostos alvos de organizações terroristas situados na América do Sul, em vez de atacar alvos situados no Afeganistão ou no Iraque, onde os terroristas estariam esperando que as represálias acontecessem (2004, p. 560); no mesmo relatório se afirma que Khalid Sheikh Mohammed, um dos orquestradores do 11 de setembro, teria feito contatos no Brasil em 1995 sobre aqueles ataques (2004, p. 148); os Estados Unidos consideram pelo menos três grupos políticos latino-americanos como terroristas: o peruano Sendero Luminoso e os colombianos Frente de Libertação Nacional e Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (as FARC) (Patterns..., 2001, p. 85). Neste sentido, a atmosfera para implantação de ações de intervenção com base no mote da *segurança coletiva continental* está estabelecida. Nós latino-americanos sentimos ainda hoje efeitos de ações fundamentadas na doutrina de segurança continental estabelecida durante a Guerra Fria, tais como a *Operação Condor* e o financiamento de violentos grupos paramilitares – que não distanciam muito suas práticas do que chamamos acima de terrorismo – no combate ao que se denominou, entre as décadas de 60 e 80, de *ameaça comunista*. Não temos dúvida de que este mesmo tipo de operação possa voltar a ocorrer tomando como fonte de legitimação a guerra contra o terrorismo. Mas isto seria assunto para outra ocasião.

Referências

- 9/11 COMMISSION REPORT, The. 2004. Washington, D.C., The United States Senate. Disponível em: www.9-11commission.gov/report/911Report.pdf, acesso em: junho de 2004.
- ADORNO, S. 1999. Violência e civilização. In: J.V. dos SANTOS e A.A. GUGLIANO, *A sociologia para o século 21*. Pelotas, Educat, p. 77-106.
- ARENDT, H. 1997. *Origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- AUSTER, P. 2001. E assim começa o século 21. *Folha de S. Paulo*, 16 set., p. 16.
- BAUDRILLARD, J. 1991. *As estratégias fatais*. Lisboa, Estampa.

- BAUMAN, Z. 1998. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BAUMAN, Z. 2003. *Comunidade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BERGESEN, A. J. and LIZARDO, O. 2004. International terrorism and the world-system. *Sociological Theory*, **22**(1):38-52.
- BOBBIO, N. 2004. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro, Elsevier.
- BODANSKY, Y. 2001. *Bin Laden: o homem que declarou guerra à América*. São Paulo, Prestígio.
- BONANATE, L. 1997. Terrorismo político. In: N. BOBBIO; N. MATTEUCCI e G. PASQUINO, *Dicionário de Política*. Brasília, UnB, p.1242-1245.
- BRENAN, G. 1995. *The Spanish Labyrinth*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CANIKAR, L. 2004. Post 9/11 policies affecting U.S. Arabs and Muslims: A brief review. *Comparative Studies of South Asia and the Middle East*, **24**(1):245-248.
- CASTELLS, M. 2000. *A era da informação: Vol. 2: O poder da identidade*. São Paulo, Paz e Terra.
- CHOMSKY, N. 2002. *La cultura del terrorismo*. Madrid, Popular.
- CLUTTERBUCK, R. 1983. *Guerrilheiros e terroristas*. Rio de Janeiro, Bibliex.
- CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O TERRORISMO, Washington, D.C., EUA, nov. 2001. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/A-66.htm>. Acessado em: janeiro de 2005.
- DECLARACIÓN DE NUEVO LEÓN, 2004. Monterrey, México. Disponível em: http://www.ftaa-alca.org/Summits/Monterrey/NLeon_s.asp Acessado em: junho de 2005.
- FIELD, M. A. 2004. Highway security and terrorism. *Review of Policy Research* **21**(3):317-328.
- FISK, R. 2002. My beating by refugees is a symbol of the hatred and fury of this filthy war. In: P. SCRATON (coord.), *Beyond September 11th: an anthology of dissent*. London, Pluto Press, p. 211-216.
- FRAGA, E. Com 'raiva', Blair lança duro plano antiterror. *Folha de S. Paulo*, 6 ago. 2005, p.A15.
- GEARSON, J. 2002. The nature of modern terrorism. In: L. FREEDMAN (ed.), *Superterrorism: policy responses*. Oxford, Blackwell, p. 7-17.
- GONÇALVES, J. 2002. Londres: a vanguarda da verticalidade. *Urbs*, **27**:41-46.
- GUÉHENNO, J-M. 1999. *O fim da democracia*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- GUELKE, A. 1997. *The age of terrorism and the international political system*. New York, Tauris.
- HABERMAS, J. 1984. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- HARDT, M. and NEGRI, A. 2005. *Multitude*. New York, Penguin.
- HAROWEL, J-L. 1990. *História do urbanismo*. Campinas, Papirus.
- HOBSBAWM, E. 1996. *Ecoss da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HUNTINGTON, S.P. 1997. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- HUNTINGTON, S.P. 2002. Entrevista: A história provou que eu tinha razão. *Folha de S. Paulo*, 12 out., p. E3.
- JOHNSTON, V. R. and NATH, A. 2004. Introduction: terrorism and transportation security. *Review of Policy Research*, **21**(3):255-261.
- KARAGAN, I. 1984. Terrorism: concepts and constructs. In: SYMPOSIUM ON INTERNATIONAL TERRORISM. Ankara, Turquia, Ankara University Press, p. 203-223.
- MAIRA, S. 2004. Youth culture, citizenship and globalization: South Asian Muslim youth in the United States after 9/11. *Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, **24**(1):219-231.
- MAMDAMI, M. 2002. Good Muslim, bad Muslim: a political perspective on cultural terrorism. *American Anthropologist*, **104**(3):766-775.
- MASON, V. 2004. Strangers within the "Lucky Country": Arab-Australians after 9/11. *Comparative Studies of South Asia and the Middle East*, **24**(1):233-243.
- PATTERNS OF INTERNATIONAL TERRORISM. 2001. Washington, D.C. Disponível em: <http://www.state.gov/s/ct/rls/pgrtpt/2001/pdf/>, acesso em: jan. 2002.
- PLANT, J. 2004. Terrorism and the railroads: redefining security in the wake of 9/11. *Review of Policy Research*, **21**(3):293-305.
- RASHID, A. 2003. *Jihad*. São Paulo, Cosac & Naify.
- ROBBINS, E. 2002. After the cataclysm. *The Architectural Record*, **212**(1269):20-21.
- SANTOS, B. de S. 2002. Os processos da globalização. Disponível em: www.eurozine.com, acesso em: jul. 2005. (Originalmente publicado na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, ago. 2002).
- SCHILLING, V. 2003. *Ocidente versus Islã*. Porto Alegre, L&PM.
- SEIDENSTAT, P. 2004. Terrorism, airport security, and the private sector. *Review of Policy Research*, **21**(3):275-291.
- SORKIN, M. 2002. Urbanism is politics. *Architectural Record*, **190**(7):62.
- SORKIN, M. 2003. Security and humane cities. *Architectural Record*, **191**(3):76.
- SUN TSU. 2004. *A arte da guerra*. Porto Alegre, L&PM.
- THOMPSON, J. B. 2001. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis, Vozes.
- URRY, J. 2002. The global complexities of September 11th. *Theory, Culture & Society*, **19**(4):57-69.
- VIOLA, E. e LEIS, H.R. 2002. Os dilemas civilizatórios da globalização frente ao terrorismo fundamentalista. In: D. ROSENFELD e J-F. MATTÉI, *O terror*. Rio de Janeiro, Zahar, p. 198-225.
- VIRILIO, P. 1983. *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo, Brasiliense.
- VIRILIO, P. 1999. *Un paysage de acontecimientos*. Buenos Aires, Paidós.
- VIRILIO, P. 1999b. *O espaço crítico*. São Paulo, Editora 34.
- VIRILIO, P. 2004. Entrevista com Fernando Eichenberg. *Folha de S. Paulo*, 4 abr., p. A24.
- WAINBERG, J. 2005. *Mídia e terror*. São Paulo, Paulus.

Recebido em 08/2005

Aceito em 11/2005